



TRIBUNAL
DE CONTAS
DE SANTA
CATARINA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO EXERCÍCIO DE 2010



Município de Araranguá

Data de Fundação – 03/04/1880

População: 61.339 habitantes (IBGE - 2010)

PIB: 702,36 (em milhões)
(IBGE - 2008)



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	4
3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.....	5
3.1. Apuração do resultado orçamentário	6
3.2. Análise do resultado orçamentário	6
3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias	7
4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA	14
4.1. Situação Patrimonial.....	15
4.2. Análise do resultado financeiro.....	16
4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira	16
5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES	19
5.1. Saúde	19
5.2. Ensino.....	21
5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências	21
5.2.2. FUNDEB.....	22
5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)	25
5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município.....	25
5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo	26
5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo	27
6. DO CONTROLE INTERNO	28
7. DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA.....	28
8. INCONSISTÊNCIAS CONTÁBEIS	30
9. OUTRAS RESTRIÇÕES	31
10. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2010	31
CONCLUSÃO.....	32
ANEXO	36

PROCESSO	PCP 11/00093556
UNIDADE	Município de Araranguá
RESPONSÁVEL	Sr. Mariano Mazzuco Neto - Prefeito Municipal
ASSUNTO	Prestação de Contas do Prefeito referente ao ano de 2010
RELATÓRIO N°	4888/2011

INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, no uso de suas competências para a efetivação do controle externo consoante disposto no artigo 31, § 1º, da Constituição Federal e dando cumprimento às atribuições assentes nos artigos 113 da Constituição Estadual e 50 e 54 da Lei Complementar nº 202/2000, procedeu ao exame das Contas apresentadas pelo Município de Araranguá, relativas ao exercício de 2010.

O presente Relatório abrange a análise do Balanço Anual do exercício financeiro de 2010 e as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária enviadas por meio eletrônico, buscando evidenciar os resultados alcançados pela Administração Municipal, em atendimento às disposições dos artigos 20 a 26 da Resolução nº TC-16/94 e artigo 22 da Instrução Normativa nº TC-02/2001, bem como o artigo 3º, I da Instrução Normativa nº TC-04/2004.

A referida análise deu-se basicamente na situação Patrimonial, Financeira e na Execução Orçamentária do Município, não envolvendo o exame de legalidade e legitimidade dos atos de gestão, o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal de Contas.

No que tange a análise da situação Patrimonial e Financeira foram abordados aspectos sobre a composição do Balanço, apuração do resultado financeiro e de quocientes patrimoniais e financeiros para auxiliar a análise dos resultados ao longo dos últimos cinco exercícios.

Registre-se que a média regional indicada no presente relatório corresponde à respectiva Associação de Municípios que abrange Araranguá, sendo que as médias apresentadas foram geradas em 11/10/2011.

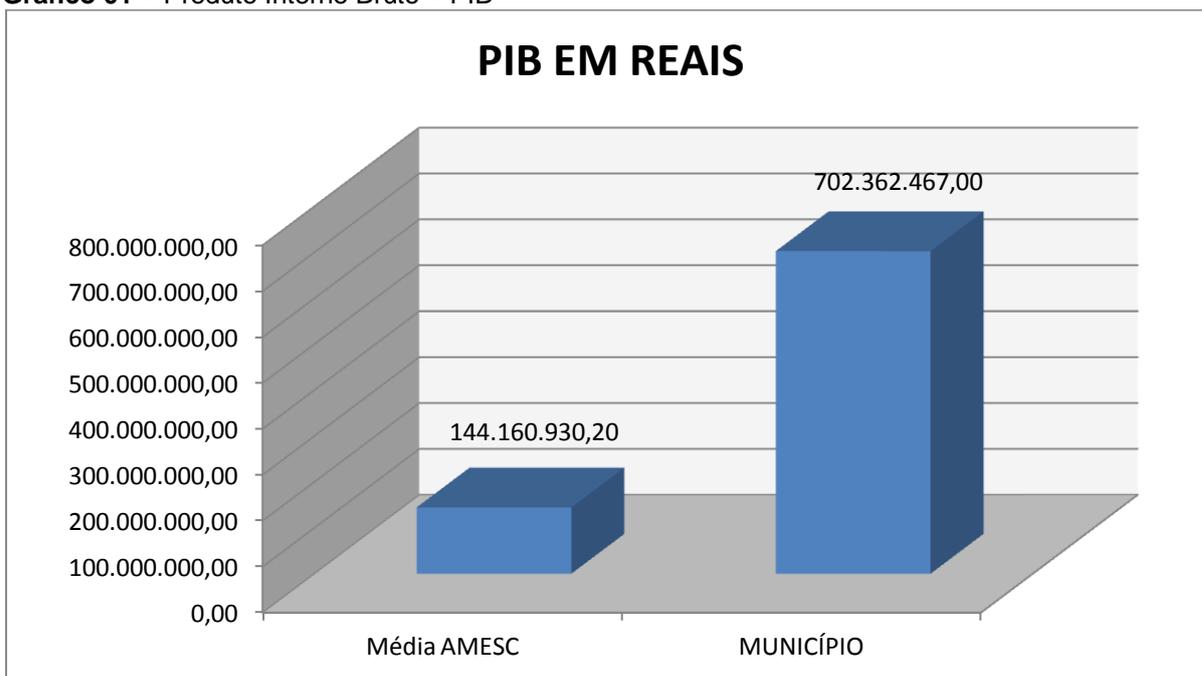
Com referência a análise da Gestão Orçamentária tomou-se por base os instrumentos legais do processo orçamentário, a execução do orçamento de forma consolidada a apuração e a evolução do resultado orçamentário, atentando-se para o cumprimento dos limites constitucionais e legais estabelecidos no ordenamento jurídico vigente.

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO¹

Os primeiros a chegar na região foram os portugueses, vindos de Laguna no início do Século XIX. Estabeleceram-se no Morro dos Conventos, onde havia uma estrada que ligava o sul ao centro do País. Mais tarde chegaram imigrantes italianos, alemães, poloneses e espanhóis. Hoje, a maioria dos moradores da cidade é de ascendência italiana. Com a chegada dos desbravadores, os índios carijós e kaingangs, primeiros habitantes de Araranguá, foram exterminados.

O Município de Araranguá tem uma população estimada em 61.339² habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,81³. O Produto Interno Bruto alcançava o valor de R\$ 702.362.467,00⁴, revelando um PIB per capita à época de R\$ 11.877,47, considerando uma população estimada em 2008 de 59.134 habitantes.

Gráfico 01 – Produto Interno Bruto – PIB



Fonte: IBGE – 2008

No tocante ao desenvolvimento econômico e social mensurado pelo IDH/PNUD/2000, o Município de Araranguá encontra-se na seguinte situação:

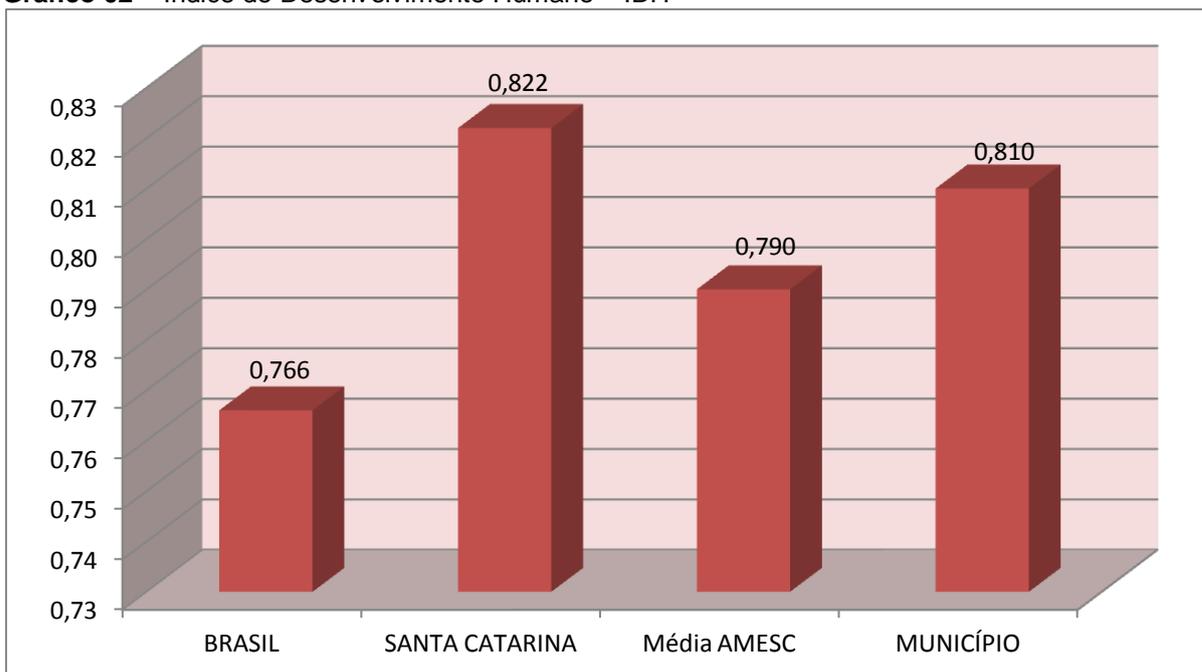
¹ Informação obtida em: www.sc.gov.br/portalturismo

² IBGE - 2010

³ PNUD - 2000

⁴ Produto Interno Bruto dos Municípios – IBGE/2008

Gráfico 02 – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH



Fonte: PNUD – 2000

3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da gestão orçamentária envolve os seguintes aspectos: demonstração da apuração do resultado orçamentário do presente exercício, com a demonstração dos valores previstos ou autorizados pelo Poder Legislativo; apurando-se quocientes que demonstram a evolução relativa do resultado da execução orçamentária do Município; a demonstração da execução das receitas e despesas, cotejando-as com os valores orçados, bem como a evolução do esforço tributário, IPTU per capita e o esforço de cobrança da dívida ativa. Por fim, apura-se o total da receita com impostos (incluindo as transferências de impostos) e a receita corrente líquida.

Segue abaixo os instrumentos de planejamento aplicáveis ao exercício em análise, as datas das audiências públicas realizadas e o valor da receita e despesa inicialmente orçadas:

Quadro 01 – Leis Orçamentárias

LEIS	DATA DAS AUDIÊNCIAS	RECEITA ESTIMADA	
PPA	2790/09	26/05/2009	82.700.000,00
LDO	2853/10	25/06/2009	82.700.000,00
LOA	2854/10	25/06/2009	

3.1. Apuração do resultado orçamentário

A execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

Quadro 02 – Demonstração do Resultado da Execução Orçamentária (em Reais) – 2010

Descrição	Previsão/Autorização	Execução	% Executado
RECEITA	82.700.000,00	70.487.326,16	85,23
DESPESA (considerando as alterações orçamentárias)	89.460.842,20	73.654.821,73	82,33
Déficit de Execução Orçamentária		3.167.495,57	

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: A diferença no montante de R\$ -100.962,00 entre a variação do patrimônio financeiro e o resultado da execução orçamentária, refere-se em parte ao Cancelamento de Restos a Pagar, da ordem de R\$ 97.693,55, sendo o valor de R\$ 3.268,45 decorrente, em parte, da divergência entre as Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas, objeto de apontamento no Capítulo 8 – Inconsistências Contábeis.

Obs.: Vide restrição anotada no item Restrição de Ordem Legal, na Conclusão deste Relatório.

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada, resultou no Déficit de execução orçamentária da ordem de **R\$ 3.167.495,57**, correspondendo a **4,49%** da receita arrecadada.

Salienta-se que o resultado consolidado, Déficit de R\$ 3.167.495,57, é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal, Déficit de R\$ 1.731.286,22 e do conjunto do Orçamento das demais Unidades Municipais Déficit de R\$ 1.436.209,35.

Ressalta-se que o Déficit em questão foi parcialmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior (R\$ 1.628.610,72), conforme demonstrado na apuração da variação do patrimônio financeiro (item 4.2, deste Relatório).

3.2. Análise do resultado orçamentário

A análise da evolução do resultado orçamentário é facilitada com o uso de quocientes, pois os resultados absolutos expressos nas demonstrações contábeis são relativizados, permitindo a comparação de dados entre exercícios e municípios distintos.

A seguir é exibido quadro que evidencia a evolução do Quociente de Resultado Orçamentário do município de Araranguá nos últimos 5 anos:

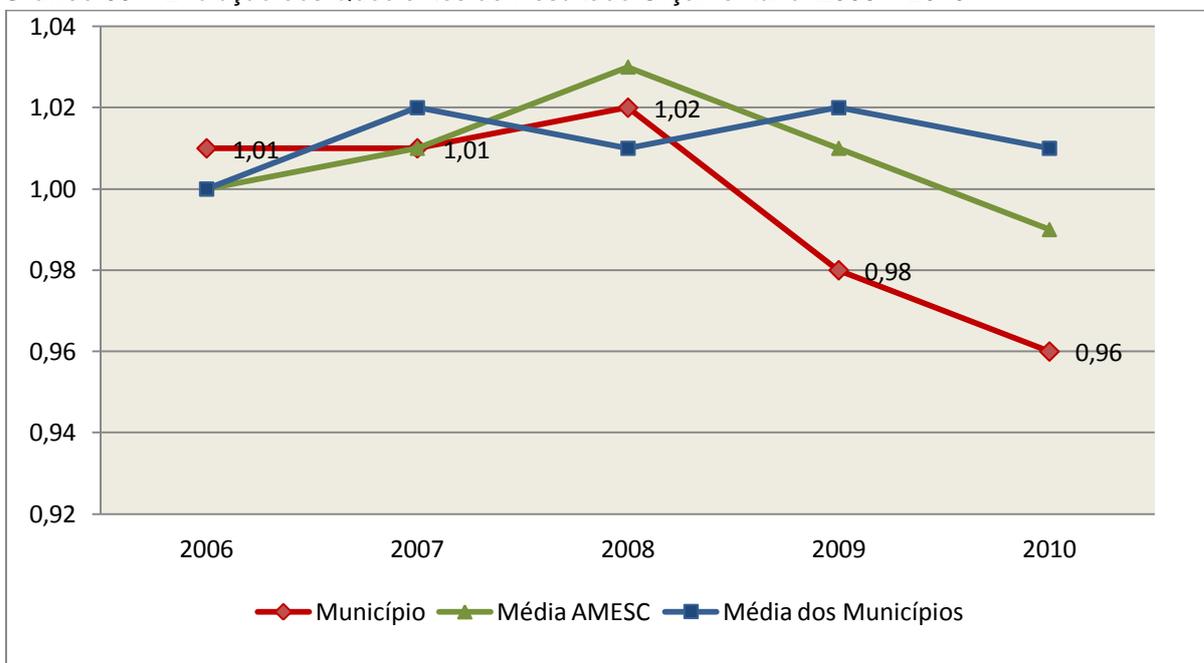
Quadro 03 – Quocientes de Resultado Orçamentário – 2006-2010

ITENS / ANO		2006	2007	2008	2009	2010
1	Receita realizada	44.706.054,91	47.647.992,28	60.250.424,78	60.766.674,13	70.487.326,16
2	Despesa executada	44.075.063,33	47.318.505,71	58.907.677,38	61.775.664,53	73.654.821,73
QUOCIENTE		2006	2007	2008	2009	2010
Resultado Orçamentário (1÷2)		1,01	1,01	1,02	0,98	0,96

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado e análise técnica.

O resultado orçamentário pode ser verificado por meio do quociente entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária. Quando esse indicador for superior a 1,00 tem-se que o resultado orçamentário foi superavitário (receitas superiores às despesas).

Gráfico 03 – Evolução dos Quocientes de Resultado Orçamentário: 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias

Os quadros que sintetizam a execução das receitas e despesas no exercício trazem também os valores previstos ou autorizados pelo Legislativo Municipal, de forma que se possa avaliar a destinação de recursos pelo Poder Executivo, bem como o cumprimento de imposições constitucionais.

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 70.487.326,16**, equivalendo a **85,23%** da receita orçada.

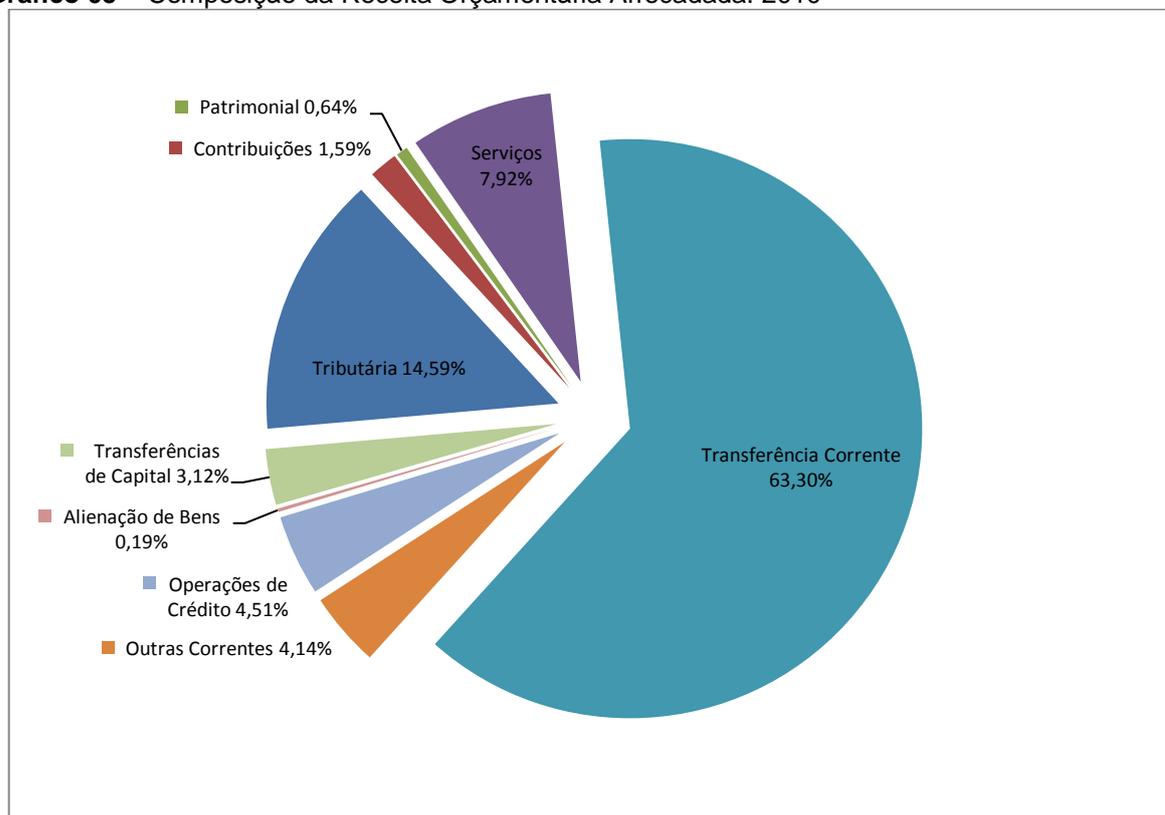
As receitas por origem e o cotejamento entre os valores previstos e os arrecadados são assim demonstrados:

Quadro 04 – Comparativo da Receita Orçamentária Prevista e Arrecadada (em Reais): 2010

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECADADAÇÃO	% ARRECADADO
Receita Tributária	10.632.052,00	10.280.874,02	96,70
Receita de Contribuições	1.400.000,00	1.118.680,31	79,91
Receita Patrimonial	362.000,00	452.826,86	125,09
Receita de Serviços	5.381.000,00	5.581.492,88	103,73
Transferência Corrente	43.929.148,00	44.621.745,52	101,58
Outras Receitas Correntes	3.345.800,00	2.920.076,86	87,28
Operações de Crédito	3.890.000,00	3.178.794,45	81,72
Alienação de Bens	220.000,00	132.100,00	60,05
Amortização de Empréstimos	10.000,00	-	-
Transferências de Capital	13.530.000,00	2.200.735,26	16,27
TOTAL DA RECEITA	82.700.000,00	70.487.326,16	85,23

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Gráfico 05 – Composição da Receita Orçamentária Arrecadada: 2010

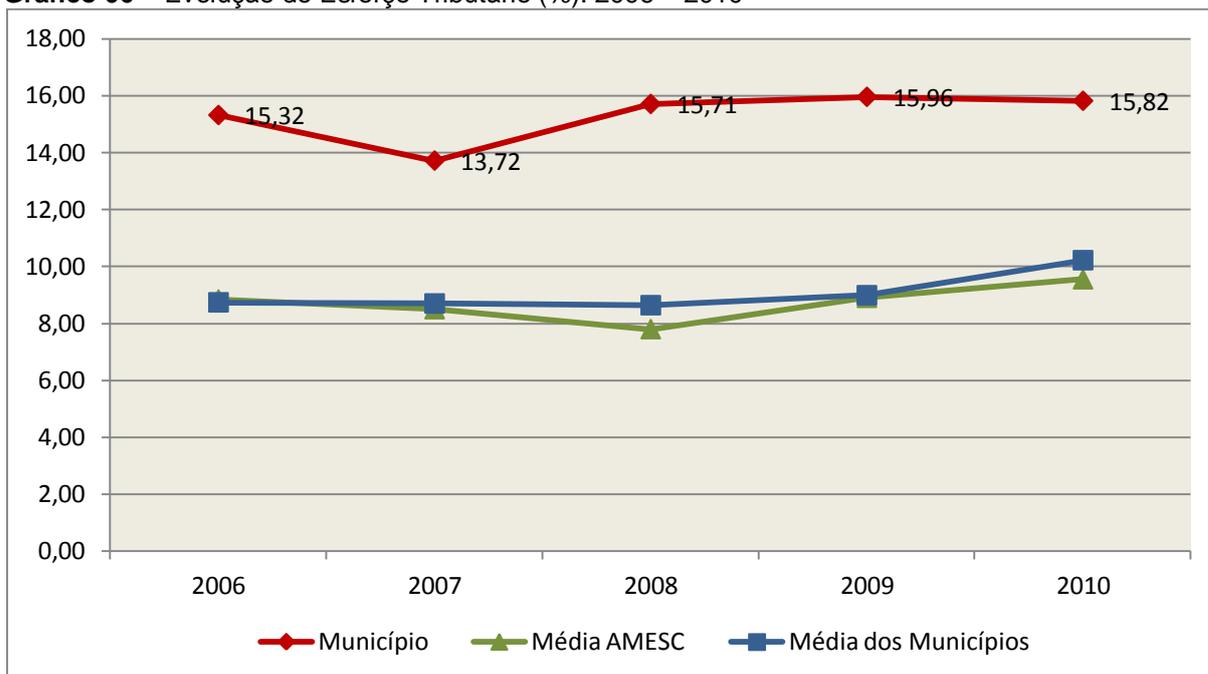


Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O gráfico anterior apresenta a relação de cada receita por origem com o total arrecadado no exercício. Destaca-se que parcela significativa da receita, **63,30%**, está concentrada na transferência corrente.

Um aspecto importante a ser analisado na gestão da receita orçamentária pode ser traduzido como “esforço tributário”. O gráfico que segue mostra a evolução da receita tributária em relação ao total das receitas correntes do Município.

Gráfico 06 – Evolução do Esforço Tributário (%): 2006 – 2010

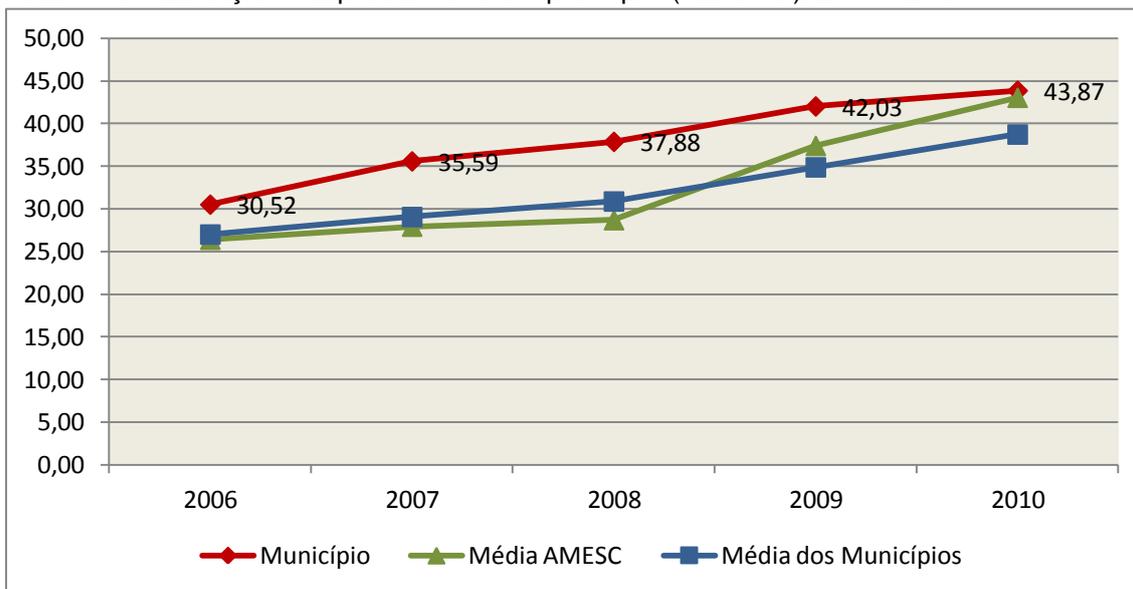


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Relativamente às receitas arrecadadas, deve-se dar destaque às receitas próprias com impostos no exercício da competência tributária estabelecida constitucionalmente e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, destaca-se no gráfico a seguir a evolução do IPTU arrecadado *per capita* nos últimos 5 (cinco) anos.

Gráfico 07 – Evolução Comparativa do IPTU per capita (em Reais): 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados, IBGE e análise técnica.

A Dívida Ativa apresentou o seguinte comportamento no exercício em análise:

Quadro 05 – Movimentação da Dívida Ativa (em Reais): 2010

Saldo Anterior	Inscrição	Atualização, juros e multa	Provisão (líquida)	Recebimento	Outras Baixas	Saldo Final
11.486.064,08	1.812.944,60	0,00	0,00	1.677.101,51	6.421,96	11.615.485,21

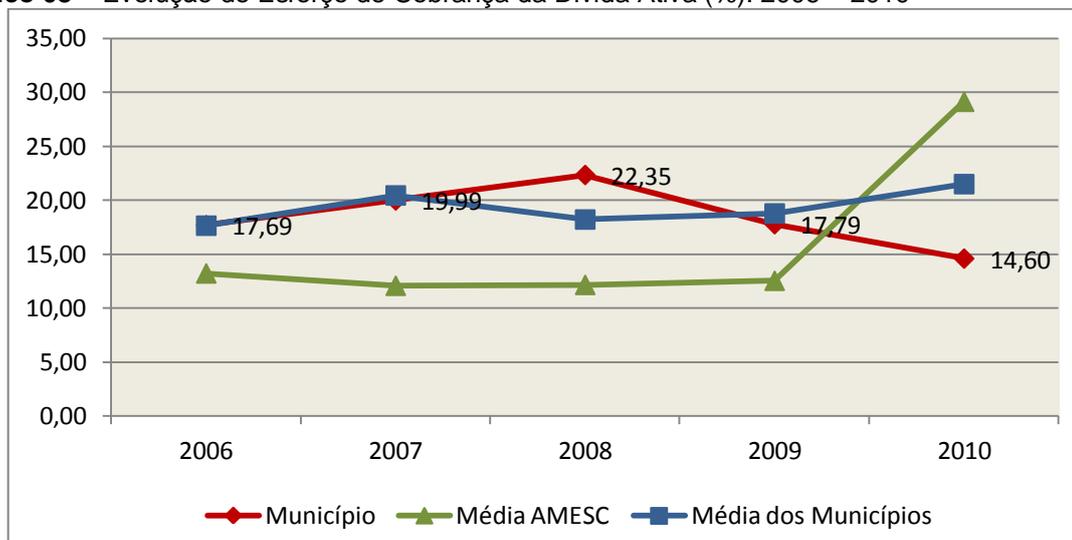
Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados.

Obs.: A divergência no montante de R\$ 597.496,46, entre o saldo final da Dívida Ativa apurada a partir da Demonstração das Variações Patrimoniais – Anexo 15 (acima), e o constante do Balanço Patrimonial – Anexo 14 da Lei nº 4.320/64 (R\$ 12.212.981,67), está demonstrado no Capítulo 8 – Inconsistências Contábeis.

NOTA: O saldo final da Dívida Ativa equivale a 1,13 vezes a arrecadação de Receita Tributária do Município.

Importante também analisar a eficiência na cobrança da dívida ativa ao longo dos últimos cinco anos. O gráfico seguinte mostra o percentual de dívida ativa recebida em relação ao saldo do exercício anterior:

Gráfico 08 – Evolução do Esforço de Cobrança da Dívida Ativa (%): 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

No tocante as despesas executadas em contraposição às orçadas (incluindo as alterações orçamentárias), segundo a classificação funcional, tem-se a demonstração do próximo quadro:

Quadro 06 – Comparativo entre a Despesa por Função de Governo Autorizada e Executada: 2010

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
01-Legislativa	3.200.000,00	2.908.125,72	90,88
02-Judiciária	710.000,00	696.602,27	98,11
04-Administração	10.879.000,00	10.254.613,85	94,26
06-Segurança Pública	1.072.842,20	758.655,42	70,71
08-Assistência Social	3.271.948,00	2.718.082,21	83,07
09-Previdência Social	1.650.000,00	1.600.905,77	97,02
10-Saúde	13.601.000,00	13.415.645,10	98,64
12-Educação	17.731.950,00	17.183.921,99	96,91
13-Cultura	238.050,00	191.361,73	80,39
14-Direitos da Cidadania	21.052,00	9.076,40	43,11
15-Urbanismo	9.821.100,00	9.052.418,09	92,17
16-Habitação	659.000,00	73.342,66	11,13
17-Saneamento	2.110.000,00	4.676.843,33	221,65
18-Gestão Ambiental	10.603.500,00	453.359,74	4,28
20-Agricultura	1.147.500,00	1.053.399,93	91,80
22-Indústria	390.000,00	384.113,78	98,49
23-Comércio e Serviços	209.900,00	202.744,32	96,59
25-Energia	1.300.000,00	1.254.800,02	96,52

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
26-Transporte	3.970.000,00	3.299.553,03	83,11
27-Desporto e Lazer	645.000,00	478.919,93	74,25
28-Encargos Especiais	3.325.000,00	2.988.336,44	89,87
TOTAL DA DESPESA	86.556.842,20	73.654.821,73	85,09

Fontes: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: A divergência entre os créditos autorizados constante do Anexo 11 e o informado via Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento, consta do Capítulo 8 – Inconsistências Contábeis, deste Relatório.

A análise entre despesa autorizada e executada configura-se importante quando se tem como objetivo subsidiar o parecer prévio, permitindo identificar quais funções foram priorizadas ou contingenciadas em relação à deliberação legislativa no tocante ao orçamento municipal.

O gráfico seguinte demonstra o cotejamento entre as despesas autorizadas e executadas segundo as funções de governo. Trata-se de uma representação gráfica do Quadro anterior.

Gráfico 09 – Despesa Orçamentária por Função de Governo Autorizada x Executada: 2010



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

A evolução das despesas executadas por função de governo está demonstrada no quadro a seguir:

Quadro 07 – Evolução das Despesas Executadas por Função de Governo (em Reais): 2006 – 2010

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2006	2007	2008	2009	2010
01-Legislativa	2.279.768,41	2.498.859,77	2.634.972,61	3.172.464,84	2.908.125,72
02-Judiciária	870.141,63	900.780,47	887.216,17	1.071.975,52	696.602,27
04-Administração	6.070.109,51	7.325.853,35	8.902.730,26	8.497.866,23	10.254.613,85
06-Segurança Pública	395.472,66	460.714,20	551.280,81	429.438,69	758.655,42
08-Assistência Social	2.210.925,12	2.140.264,94	2.593.239,69	2.863.889,86	2.718.082,21
09-Previdência Social	1.361.977,70	1.423.242,24	1.474.193,44	1.542.614,00	1.600.905,77
10-Saúde	7.754.306,45	8.705.327,27	10.005.537,13	11.291.712,01	13.415.645,10
12-Educação	10.218.592,65	11.309.239,63	14.224.745,00	15.685.258,73	17.183.921,99
13-Cultura	134.827,31	231.564,48	190.881,27	213.656,30	191.361,73
14-Direitos da Cidadania	-	71.500,00	89.554,07	9.609,50	9.076,40
15-Urbanismo	5.899.272,21	4.861.874,54	8.416.970,91	6.344.363,11	9.052.418,09
16-Habitação	167.690,03	193.626,17	1.074.207,09	2.262.612,74	73.342,66
17-Saneamento	333.298,74	413.735,76	533.302,78	23.100,00	4.676.843,33
18-Gestão Ambiental	485.696,61	72.581,13	31.801,65	267.484,34	453.359,74
20-Agricultura	725.315,66	661.887,11	715.147,12	915.013,64	1.053.399,93
22-Indústria	489.396,40	450.431,00	790.865,17	336.527,33	384.113,78
23-Comércio e Serviços	333.574,11	547.565,33	333.922,65	266.890,00	202.744,32
25-Energia	1.038.416,31	1.235.084,49	1.283.009,69	1.250.376,79	1.254.800,02
26-Transporte	1.863.819,40	2.050.078,44	1.936.414,51	2.696.298,52	3.299.553,03
27-Desporto e Lazer	268.267,56	358.314,10	408.823,88	355.080,07	478.919,93
28-Encargos Especiais	1.174.194,86	1.405.981,29	1.622.473,92	2.485.819,87	2.988.336,44
TOTAL DA DESPESA REALIZADA	44.075.063,33	47.318.505,71	58.701.289,82	61.982.052,09	73.654.821,73

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No quadro a seguir, demonstra-se a apuração das receitas decorrente de impostos, informação utilizada no cálculo dos limites com saúde e educação.

Quadro 08 – Apuração da Receita com Impostos: 2010

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Imposto Predial e Territorial Urbano	2.690.945,38	6,29
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4.677.451,54	10,93
Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza	727.629,07	1,70
Imposto s/Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	739.527,38	1,73
Cota do ICMS	12.977.204,00	30,33
Cota-Parte do IPVA	4.843.833,37	11,32

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	107.707,99	0,25
Cota-Parte do FPM	14.399.757,74	33,65
Cota do ITR	28.219,15	0,07
Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. nº 87/96	83.041,92	0,19
Receita de Dívida Ativa Proveniente de Impostos	1.334.066,26	3,12
Receita de Multas e Juros provenientes de impostos, inclusive da dívida ativa decorrente de impostos	180.492,83	0,42
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS	42.789.876,63	100,00

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, eis que serve como denominador dos percentuais mínimos de aplicação em saúde e educação.

Da mesma forma, o total da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quadro 09 – Apuração da Receita Corrente Líquida: 2010

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO	Valor (R\$)
Receitas Correntes Arrecadadas	71.442.005,43
(-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB	6.466.308,98
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	64.975.696,45

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A análise compreendida neste capítulo consiste em demonstrar a situação patrimonial existente ao final do exercício, em contraposição à situação existente no final do exercício anterior; discriminando especificamente a variação da situação financeira do município e sua capacidade de pagamento de curto prazo.

Em seguida é analisada a evolução da situação patrimonial e financeira do município nos últimos 5 anos, com a apuração e demonstração de quocientes. Divergências contábeis relevantes serão apresentadas no capítulo 8, de forma que todos os fundamentos técnicos expostos neste relatório para fundamentar a confecção do parecer prévio estejam devidamente evidenciados.

4.1. Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município está assim demonstrada:

Quadro 10 – Balanço Patrimonial do Município de Araranguá (em Reais): 2009 – 2010

ATIVO	2009	2010	PASSIVO	2009	2010
Financeiro	3.918.815,24	5.446.784,92	Financeiro	2.290.204,52	6.884.707,77
Disponível	3.735.526,01	5.313.673,76	Depósitos	483.902,45	384.133,47
Bancos Conta Movimento	1.234.380,40	1.089.376,44	Consignações	301.270,13	201.378,47
Bancos Conta Vinculada	1.215.892,93	2.443.782,75	Depósitos de Diversas Origens	182.632,32	182.755,00
Aplicações Financeiras de Recursos Próprios	971.413,24	1.399.554,61	Restos a Pagar	1.806.302,07	6.467.893,18
Aplicações Financeiras de Recursos Vinculados	313.839,44	380.959,96	Obrigações a Pagar	1.806.302,07	6.467.893,18
Realizável	183.289,23	133.111,16	Outras Obrigações a Curto Prazo	-	32.681,12
Créditos a Receber	1.478,65	2.605,51	Permanente	9.699.906,55	9.910.186,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	181.810,58	130.505,65	Dívida Fundada	2.026.022,88	3.323.068,42
Permanente	40.696.261,78	47.362.296,68	Débitos Consolidados	7.673.883,67	6.587.117,58
Bens e Valores em Circulação	209.730,21	206.639,54	Dívidas Renegociadas	1.491.757,46	1.539.808,14
Dívida Ativa	11.486.064,08	12.212.981,67	Obrigações a Pagar	4.324.072,47	5.047.309,44
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Curto Prazo	1.974.135,67	1.526.532,80	Obrigações Legais e Tributárias	1.858.053,74	-
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Longo Prazo	9.511.928,41	10.686.448,87	PASSIVO REAL	11.990.111,07	16.794.893,77
Realizável a Longo Prazo	144.567,99	144.567,99	SALDO PATRIMONIAL	32.624.965,95	36.014.187,83
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	144.567,99	144.567,99	Ativo Real Líquido	32.624.965,95	36.014.187,83
Investimentos	26.408,22	26.408,22	TOTAL	44.615.077,02	52.809.081,60
Imobilizado	28.829.491,28	34.771.699,26			
Bens Móveis e Imóveis	28.829.491,28	34.771.699,26			
Bens Imóveis	18.836.742,89	21.827.965,76			
Bens Móveis	9.992.748,39	12.943.733,50			
ATIVO REAL	44.615.077,02	52.809.081,60			
SALDO PATRIMONIAL		0,00			
TOTAL	44.615.077,02	52.809.081,60			

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado.

4.2. Análise do resultado financeiro

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas municipais, para fins de emissão do parecer prévio, a verificação da evolução do patrimônio financeiro e, sobretudo, a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos financeiros superiores a ativos financeiros revela restrições na capacidade de pagamento do Município frente às suas obrigações financeiras de curto prazo.

A variação do patrimônio financeiro do Município durante o exercício é demonstrada no quadro seguinte:

Quadro 11 – Variação do patrimônio financeiro do Município (em Reais) – 2009 - 2010

Grupo Patrimonial	Saldo inicial	Saldo final	Varição
Ativo Financeiro	3.918.815,24	5.446.784,92	1.527.969,68
Passivo Financeiro	2.290.204,52	6.884.707,77	- 4.594.503,25
Saldo Patrimonial Financeiro	1.628.610,72	-1.437.922,85	- 3.066.533,57

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: A divergência entre as Transferências Financeiras Recebidas e as Concedidas consta do Capítulo 8 – Inconsistências Contábeis, deste Relatório.

Obs.: A divergência entre a variação do Saldo Patrimonial Financeiro e o Resultado da Execução Orçamentária consta do Capítulo 8 – Inconsistências Contábeis, deste Relatório.

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em Déficit Financeiro de **R\$ -1.437.922,85** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos financeiros existentes, o Município possui **R\$ 1,26** de dívida de curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação negativa de **R\$ -3.066.533,57** passando de um Superávit de **R\$ 1.628.610,72** para um Déficit de **R\$ -1.437.922,85**.

Registre-se que a Prefeitura apresentou um Déficit de **R\$ 1.270.344,02**.

4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira

A presente análise está baseada na demonstração de quocientes e/ou índices, os quais podem ser definidos como números comparáveis obtidos a partir da divisão de valores absolutos, destinados a medir componentes patrimoniais, financeiros e orçamentários existentes nas demonstrações contábeis.

Os quocientes escolhidos para viabilizar a análise da evolução patrimonial e financeira do Município, nos últimos cinco anos, estão dispostos no quadro a seguir, com a devida memória de cálculo:

Quadro 12 – Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira – 2006 – 2010

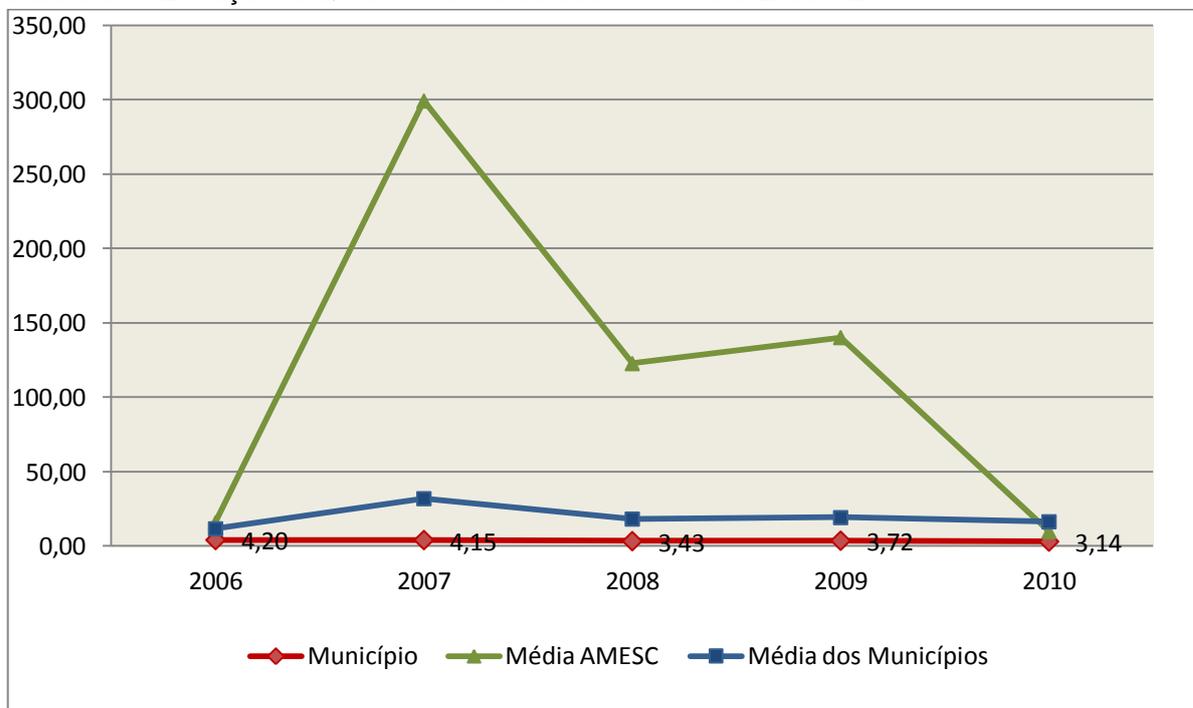
ITENS / ANO	2006	2007	2008	2009	2010
1 Despesa Executada	44.075.063,33	47.318.505,71	58.701.289,82	61.982.052,09	73.654.821,73
2 Restos a Pagar	1.201.707,49	970.190,23	1.056.492,08	1.806.302,07	6.467.893,18
3 Ativo Financeiro Ajustado	2.916.265,71	3.112.476,93	4.744.179,63	3.918.815,24	5.446.784,92
4 Passivo Financeiro Ajustado	1.609.713,42	1.324.930,80	1.598.613,22	2.290.204,52	6.884.707,77
5 Ativo Real	32.917.672,77	35.631.527,48	41.551.024,10	44.615.077,02	52.809.081,60
6 Passivo Real	7.846.744,25	8.582.496,39	12.102.666,41	11.990.111,07	16.794.893,77
QUOCIENTES	2006	2007	2008	2009	2010
Resultado Patrimonial (5÷6)	4,20	4,15	3,43	3,72	3,14
Situação Financeira (3÷4)	1,81	2,35	2,97	1,71	0,79
Restos a Pagar (2÷1)*100	2,73	2,05	1,80	2,91	8,78

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O Quociente do Resultado Patrimonial é resultante da relação entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Não há um parâmetro mínimo definido, mas se o resultado deste quociente apresentar-se inferior a 1,00 será indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las.

Gráfico 10 – Evolução do Quociente de Resultado Patrimonial: 2006 – 2010



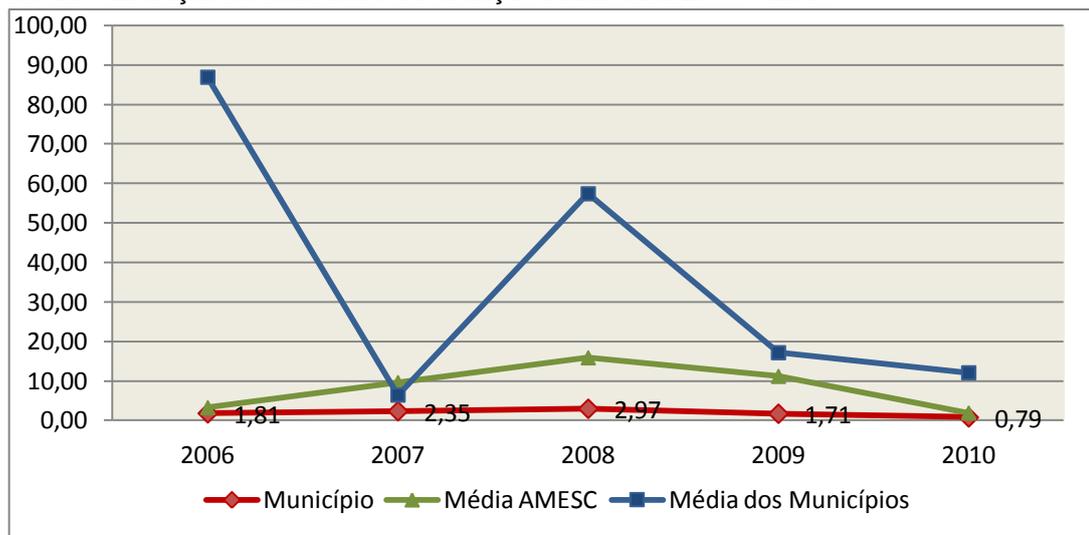
Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Como demonstra o gráfico anterior, no final do exercício de 2010 o Ativo Real apresenta-se **3,14** vezes maior que o Passivo Real (dívidas).

O Quociente da Situação Financeira é resultante da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo do município.

O ideal é que esse quociente apresente valor maior que 1,00, pois assim indicará que as obrigações financeiras de curto prazo podem ser cobertas pelos ativos financeiros do município.

Gráfico 11 – Evolução do Quociente da Situação Financeira: 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

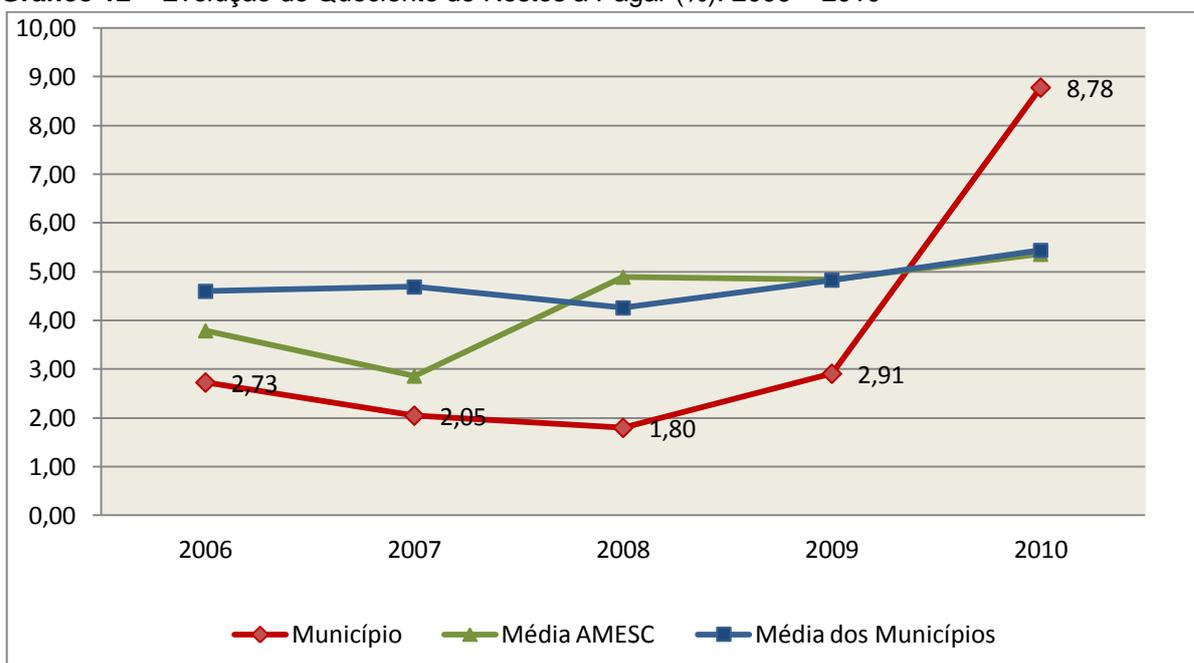
Como demonstra o gráfico, a situação financeira do Município apresenta-se Deficitária, sendo que no final do exercício de 2010 o Ativo Financeiro representa **0,79** vezes o valor do Passivo Financeiro.

O Quociente de Restos a Pagar (processados e não processados) expressa em termos percentuais à relação entre o saldo final dos restos a pagar e o total da Despesa Orçamentária.

Quanto menor esse quociente, menos comprometida será a gestão orçamentária e o fluxo financeiro do município. Aumentos significativos deste quociente podem indicar que o município não está conseguindo pagar no exercício as despesas que nele empenhou.

A situação apresentada pelo Município de Araranguá é demonstrada no gráfico a seguir:

Gráfico 12 – Evolução do Quociente de Restos a Pagar (%): 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Verifica-se no gráfico anterior que o saldo final de Restos a Pagar corresponde a **8,78%** da despesa orçamentária do exercício.

5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

O ordenamento vigente estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal.

5.1. Saúde

Limite: mínimo de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2010 – art. 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Quadro 13 – Apuração das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: 2010

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	42.789.876,63	100,00
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	13.415.645,10	31,35

Atenção Básica (10.301)	12.893.836,87	30,13
Vigilância Sanitária (10.304)	267.887,40	0,63
Vigilância Epidemiológica (10.305)	253.920,83	0,59
(-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde*	6.161.098,27	14,40
Total das Despesas para Efeito do Cálculo	7.254.546,83	16,95
Valor Mínimo a ser Aplicado	6.418.481,49	15,00
Valor Acima do Limite	836.065,34	1,95

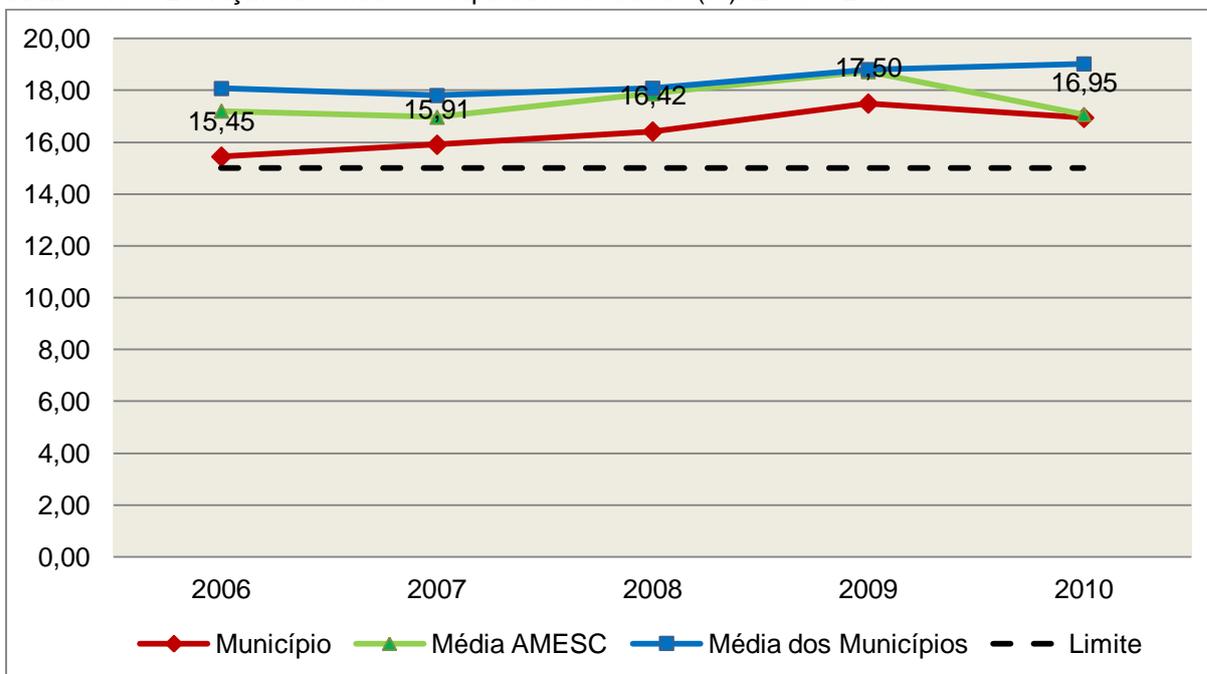
Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

Pelo demonstrativo acima, constata-se que o montante aplicado foi da ordem de **R\$ 7.254.546,83**, correspondendo a um percentual de **16,95%** da receita com impostos, inclusive transferências de impostos, evidenciando que o município **CUMPRIU** o referido dispositivo constitucional.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em ações e serviços públicos de saúde:

Gráfico 13 – Evolução Histórica e Comparativa da Saúde (%): 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

5.2. Ensino

5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências

Limite: mínimo de 25% proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino (exercício de 2010) – art. 212 da Constituição Federal.

Quadro 14 – Apuração das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 2010

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	42.789.876,63	100,00
Valor Aplicado Educação Infantil	1.032.583,91	2,41
Educação Infantil (12.365)	1.032.583,91	2,41
Valor Aplicado Ensino Fundamental	15.235.728,09	35,61
Ensino Fundamental (12.361/12.366/12.367)	15.235.728,09	35,61
(-) Total das Deduções com Educação Básica*	2.255.771,42	5,27
(-) Ganho com FUNDEB	3.330.671,95	7,78
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	21.517,97	0,05
Total das Despesas para efeito de Cálculo	10.660.350,66	24,91
Valor Mínimo a ser Aplicado	10.697.469,16	25,00
Valor Abaixo do Limite (25%)	37.118,50	0,09

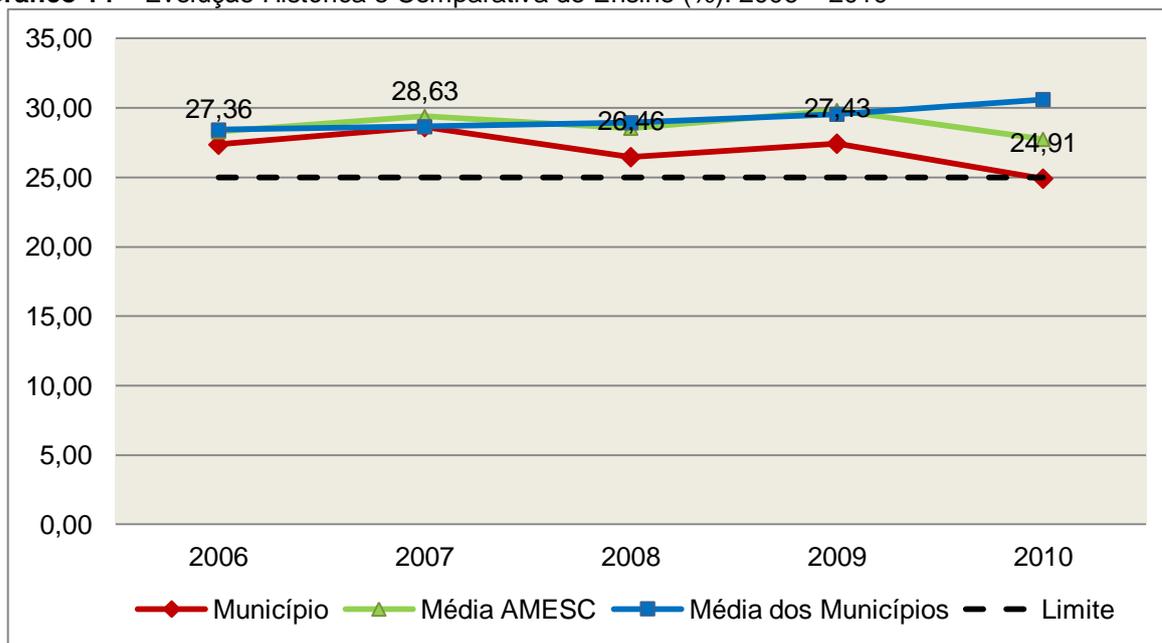
Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

Obs.: Vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Constitucional na Conclusão deste Relatório.

Apurou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 10.660.350,66** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **24,91%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MENOR o valor de **R\$ 37.118,50**, representando **0,09%** do mesmo parâmetro, **DESCUMPRINDO** o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

Gráfico 14 – Evolução Histórica e Comparativa do Ensino (%): 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de **Araranguá** em 2010 reduziu seus gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2.2. FUNDEB

Limite 1: mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério – art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT c/c art. 22 da Lei nº 11.494/07.

Quadro 15 – Apuração das Despesas com Profissionais do Magistério – FUNDEB: 2010

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Transferências do FUNDEB	9.796.980,93
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	21.517,97
Total dos recursos oriundos do FUNDEB	9.818.498,90
60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	5.891.099,34
Total dos Gastos Efetuados c/Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício pagos c/ Recursos do FUNDEB (Fonte: Sistema e-Sfinge. Fonte de Recurso: 18 e Grupo de Destinação: 1 e 2)	7.388.343,69
Valor Acima do Limite	1.497.244,35

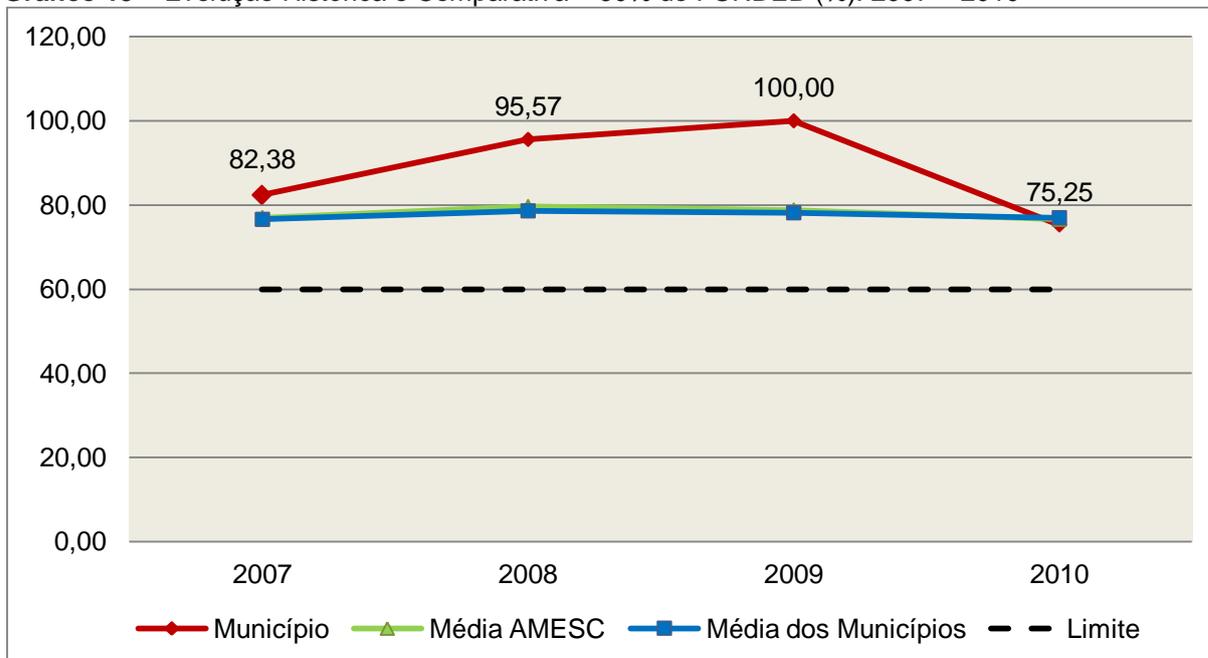
Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e da análise técnica.

Obs.: A ausência de remessa do parecer do Conselho do FUNDEB consta do Capítulo 9 – Outras Irregularidades, deste Relatório.

Obs.: Vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal na Conclusão deste Relatório.

Verificou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 7.388.343,69**, equivalendo a **75,25%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

Gráfico 15 – Evolução Histórica e Comparativa – 60% do FUNDEB (%): 2007 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Limite 2: mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB (no exercício financeiro em que forem creditados), em despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica – art. 21 da Lei nº 11.494/07.

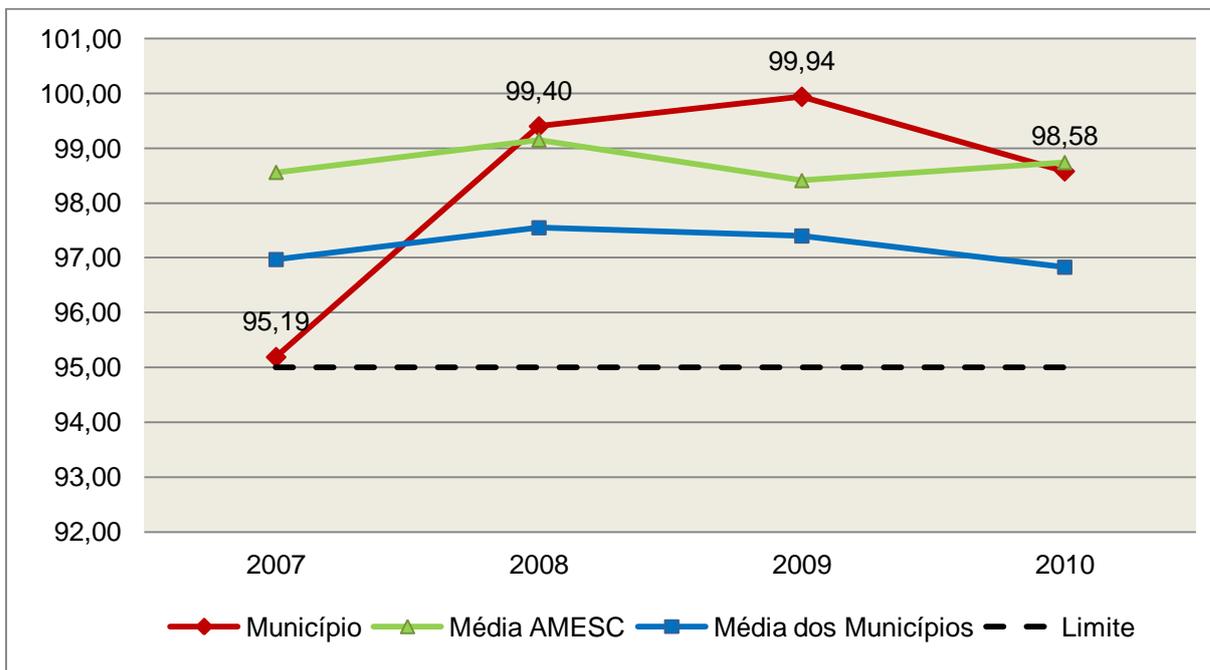
Quadro 16 – Apuração das Despesas com FUNDEB: 2010

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB	9.818.498,90
95% dos Recursos do FUNDEB	9.327.573,96
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica empenhadas e liquidadas com recursos do FUNDEB e as não liquidadas com cobertura financeira (Fonte: Sistema e-Sfinge. Fonte de Recurso: 18 e 19, Grupo de Destinação: 1 e 2)	9.679.066,80
Valor Acima do Limite	351.492,84

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O demonstrativo anterior evidencia que o Município aplicou o valor de **R\$ 9.679.066,80**, equivalendo a **98,58%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

Gráfico 16 – Evolução Histórica e Comparativa – 95% do FUNDEB (%): 2007 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Obs.: Foram verificadas despesas informadas com recursos do FUNDEB, inscritos em restos a Pagar, em montante superior à disponibilidade financeira da referida Fonte, situação anotada no item 9.3 do presente Relatório.

Com relação às despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica custeadas com recursos do FUNDEB, no exercício em análise, o Município de Araranguá reduziu sua aplicação, quando comparado ao exercício anterior.

Limite 3: utilização dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional - artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

O Município não realizou despesas com o saldo do exercício anterior do FUNDEB no valor de **R\$ 30.496,21, DESCUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

Obs.: Vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal na Conclusão deste Relatório (item 2.4), demonstrado no Apêndice 3.

5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)

5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município

Limite: 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município – art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 17 – Apuração das Despesas com Pessoal do Município: 2010

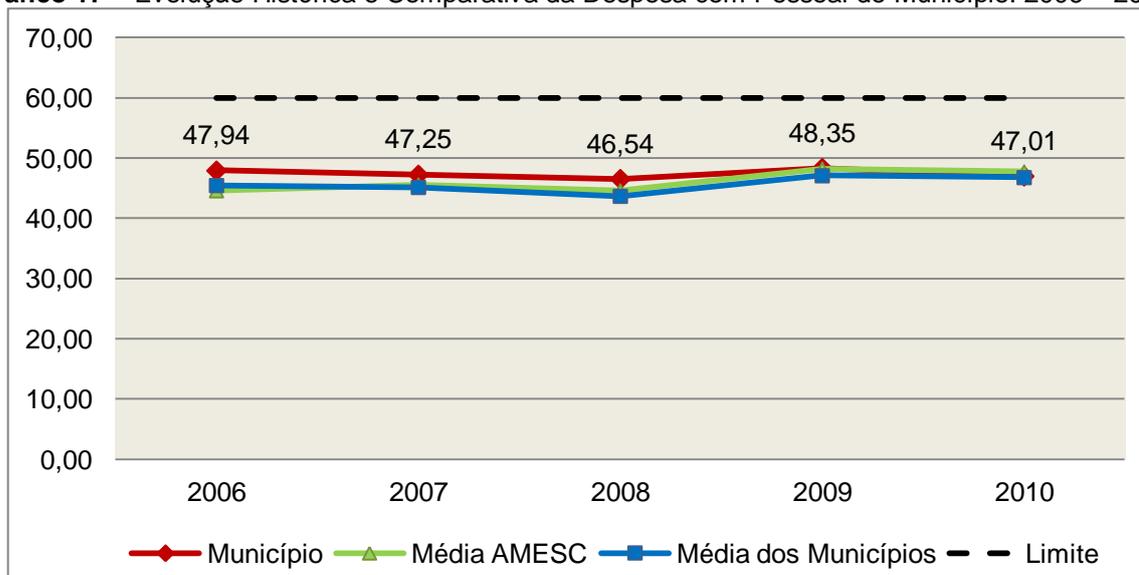
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	64.975.696,45	100,00
LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	38.985.417,87	60,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	28.972.379,24	44,59
Pessoal e Encargos	28.972.379,24	44,59
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	2.171.150,62	3,34
Pessoal e Encargos	2.171.150,62	3,34
Total das deduções das despesas com pessoal*	596.379,25	0,92
TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO	30.547.150,61	47,01
Valor Abaixo do Limite (60%)	8.438.267,26	12,99

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

No exercício em exame, o Município gastou **47,01%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** o limite contido no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000.

Gráfico 17 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Município: 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior mostra a redução dos gastos com pessoal do Município de Araranguá, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo

Limite: 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 18 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 2010

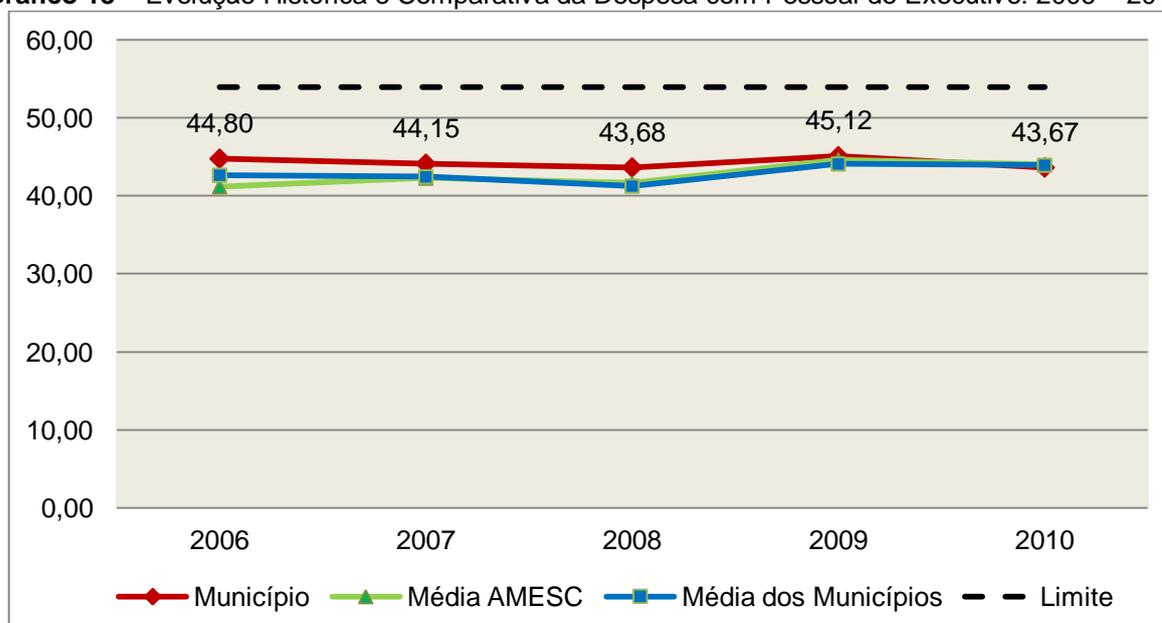
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	64.975.696,45	100,00
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	35.086.876,08	54,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	28.972.379,24	44,59
Deduções das despesas com pessoal do Poder Executivo*	596.379,25	0,92
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	28.375.999,99	43,67
Valor Abaixo do Limite (54%)	6.710.876,09	10,33

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo gastou **43,67%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

Gráfico 18 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Executivo: 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Da análise do gráfico, verifica-se que os gastos com pessoal do Poder Executivo reduziram, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo

Limite: 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 19 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo: 2010

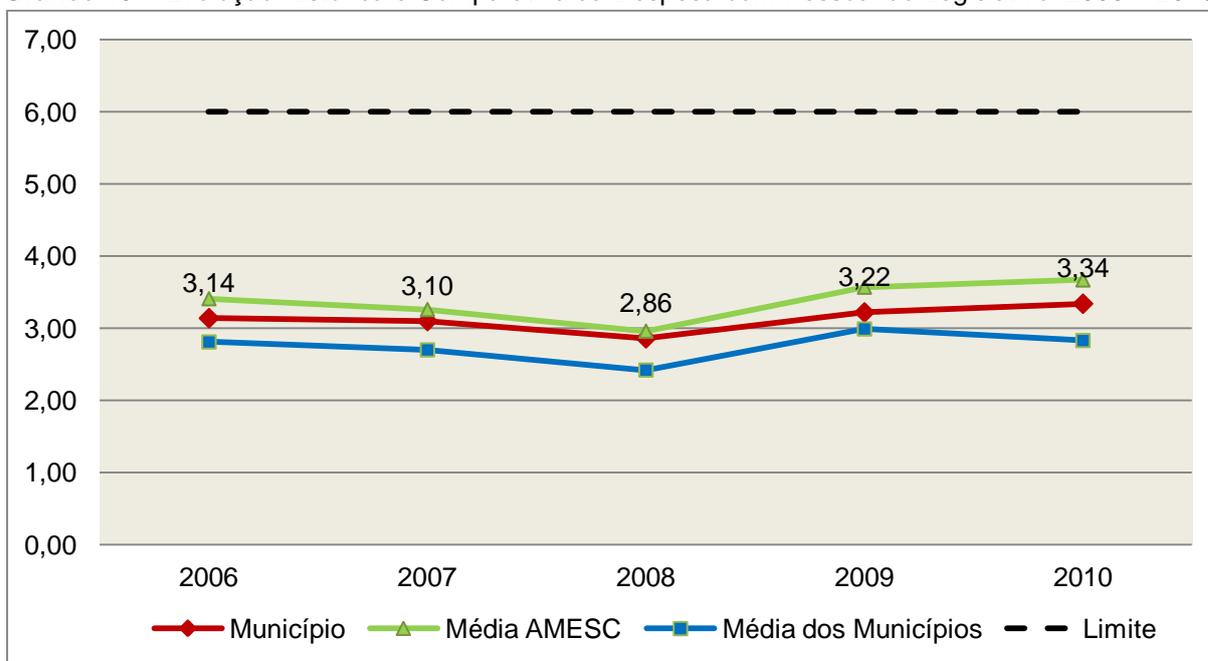
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	64.975.696,45	100,00
LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	3.898.541,79	6,00
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	2.171.150,62	3,34
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	2.171.150,62	3,34
Valor Abaixo do Limite (6%)	1.727.391,17	2,66

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O Poder Legislativo gastou, no exercício em exame, **3,34%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.

Gráfico 19 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Legislativo: 2006 – 2010



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

6. DO CONTROLE INTERNO

O Controle Interno na Administração Pública é aquele que se realiza internamente, ou seja, através dos órgãos componentes da própria estrutura administrativa que pratica e fiscaliza os atos sujeitos ao seu controle, conforme preconizado nos artigos 31 e 70 da Constituição Federal.

Nesse sentido, apresenta-se o quadro que segue, indicando o responsável pelo órgão de Controle Interno do Município de Araranguá, sua lei instituidora e o envio dos relatórios de sua competência:

Quadro 20 – Informações sobre o Sistema de Controle Interno

LEI INSTITUIDORA	Lei Municipal nº 50/2004, de 21/05/2004					
RESPONSÁVEL	Sr. Nelson Nunes		ATO DE NOMEAÇÃO		Portaria nº 211/2004, de 27/09/2004	
RELATÓRIOS BIMESTRAIS (art. 5º, § 3º, Res. nº TC 16/94)	Datas Limites para Entrega					
	1º BIM.	2º BIM.	3º BIM.	4º BIM.	5º BIM.	6º BIM.
	31/03/2010	31/05/2010	02/08/2010	30/09/2010	30/11/2010	31/01/2011
	Datas de Entrega					
	1º BIM.	2º BIM.	3º BIM.	4º BIM.	5º BIM.	6º BIM.
	05/04/2010	02/06/2010	30/07/2010	01/10/2010	29/11/2010	26/01/2011

As restrições oriundas do descumprimento do art. 5º, § 3º da Resolução nº TC - 16/94, alterada pela Resolução nº TC - 11/2004 encontram-se anotadas no Capítulo 9, deste Relatório.

7. DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA

A Constituição Federal trata do dever da família, da sociedade e do Estado, em caráter prioritário, em assegurar à criança e ao adolescente uma série de direitos, conforme pode ser constatado em seu artigo 227:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nesta linha foi promulgada a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e trata sobre a proteção integral destes.

A referida Lei prevê em seu artigo 88, Incisos II e IV, a criação do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e a manutenção de fundo especial, respectivamente. Este fundo, no caso dos Municípios, deve ser criado por lei municipal, obedecendo ao disposto no artigo 167, IX da Constituição Federal e artigo 74 da Lei Federal nº 4.320/64.

A receita do referido Fundo deve ser vinculada aos seus objetivos e sua finalidade, sendo que as formas de aplicação dos recursos são determinadas pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente. Isto é operacionalizado através da aprovação de seu Plano de Aplicação feita anualmente, em consonância com o Plano de Ação elaborado anteriormente também pelo referido Conselho, de acordo com o artigo 260, § 2º da Lei Federal nº 8.069/90 combinado com o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005.

Lei Federal nº 8.069/90

Art. 260. [...]

§ 2º Os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão critérios de utilização, através de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfãos ou abandonado, na forma do disposto no [art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal](#).

Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005.

Art.1º - Ficam estabelecidos os Parâmetros para a Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente em todo o território nacional, nos termos do art.88, inciso II, do Estatuto da Criança e do Adolescente, e artigos. 227, §7º da Constituição Federal, como órgãos deliberativos da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, controladores das ações em todos os níveis no sentido da implementação desta mesma política e responsáveis por fixar critérios de utilização através de planos de aplicação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, incumbindo-lhes ainda zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, nos moldes do previsto no art.4º, caput e parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d” combinado com os artigos 87, 88 e 259, parágrafo único, todos da Lei nº 8.069/90 e art. 227, caput, da Constituição Federal. (grifo nosso)

No caso do Município de Araranguá, constata-se que a despesa do Fundo Municipal da Infância e Adolescência, no montante de R\$ 191.364,96, representa 0,42% da despesa total realizada pela Prefeitura Municipal.

Além disto, conforme documentação remetida em resposta ao Ofício Circular nº 6.813/2011 (fls. 521 a 604 dos autos), verifica-se que:

1) A nominata e os atos de posse dos Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente estão acostados aos autos, às fls. 542/544, conforme Decreto nº 4.470/09, gestão 2009/2011.

2) A documentação encaminhada não atende o Plano de Ação referente ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, já que está associado à Assistência Social, portanto, caracterizando ausência de elaboração do mesmo, em desacordo ao disposto o artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005.

3) A documentação encaminhada não contempla o Plano de Aplicação referente ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, caracterizando também a ausência de elaboração do mesmo, em desacordo ao disposto o artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005.

4) A remuneração dos Conselheiros Tutelares foi paga com recursos da Prefeitura Municipal, conforme fls. 521/522 e 599 a 604.

8. INCONSISTÊNCIAS CONTÁBEIS

- 8.1. Divergência, no valor de **R\$ 2.904.000,00**, entre os créditos autorizados constantes do Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 (R\$ 89.460.842,20) e o apurado através das informações enviadas via Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento (R\$ 86.556.842,20), caracterizando afronta aos artigos 75, 90 e 91 da Lei nº 4.320/64.
- 8.2. Divergência, no valor de **R\$ 3.268,45**, entre as Transferências Financeiras Recebidas (R\$ 12.337.123,32) e as Transferências Financeiras Concedidas (R\$ 12.333.854,87), evidenciadas no Balanço Financeiro – Anexo 13 da Lei nº 4.320/64, caracterizando afronta ao artigo 85 da referida Lei.
- 8.3. Divergência, no valor de **R\$ 3.268,45**, apurada entre a variação do saldo patrimonial financeiro (R\$ -3.066.533,57) e o resultado da execução orçamentária – Déficit (R\$ 3.167.495,57), considerando o cancelamento de restos a pagar de R\$ 97.693,55, em afronta ao artigo 102 da Lei nº 4.320/64.

- 8.4. Divergência, no valor de **R\$ 597.496,46**, entre o saldo da Dívida Ativa apurada a partir da Demonstração das Variações Patrimoniais – Anexo 15 (R\$ 11.615.485,21) e o constante do Balanço Patrimonial – Anexo 14 da Lei nº 4.320/64 (R\$ 12.212.981,67), caracterizando afronta aos artigos 85 e 105 da referida Lei.

9. OUTRAS RESTRIÇÕES

- 9.1. Ausência de remessa do Parecer do Conselho do FUNDEB, em desacordo com o artigo 27, da Lei nº 11.494/07.
- 9.2. Atraso na remessa dos Relatórios de Controle Interno referentes aos 1º, 2º e 4º bimestres, em desacordo aos artigos 3º e 4º da Lei Complementar 202/2000 c/c artigo 5º, § 3º da Resolução nº TC - 16/94, alterada pela Resolução nº TC - 11/2004.
- 9.3. Despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB, no montante de R\$ 207.683,10, inscritas em Restos a Pagar Processados sem a cobertura financeira da referida fonte de recursos no exercício de 2010, com prejuízo da fiscalização da aplicação dos Recursos do FUNDEB atribuída a este Tribunal (inciso II, art. 26 da Lei nº 11.494/07), bem como, denotando fragilidade no controle gerencial dos referidos recursos e deficiência na operacionalidade do Sistema de Controle instituído pela Lei nº 1.465, de 03/10/2002 (Apêndice 4);

10. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2010

Quadro 21 – Síntese

1) Balanço Anual Consolidado	Embora, as demonstrações apresentem inconsistências de natureza contábil, essas não afetam de forma significativa a posição financeira, orçamentária e patrimonial do exercício em análise.	
2) Resultado Orçamentário	Déficit parcialmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior	R\$ 3.167.495,57
3) Resultado Financeiro	Déficit	R\$ -1.437.922,85

4) LIMITES	PARÂMETRO MÍNIMO	REALIZADO
4.1) Saúde	15,00%	16,95%
4.2) Ensino	25,00%	24,91%
4.3) FUNDEB	60,00%	75,25%
	95,00%	98,58%
4.4) Despesas com pessoal	PARÂMETRO MÁXIMO	REALIZADO
a) Município	60,00%	47,01%
b) Poder Executivo	54,00%	43,67%
c) Poder Legislativo	6,00%	3,34%

CONCLUSÃO

Considerando que a apreciação das contas tomou por base os dados e informações exigidos pela legislação aplicável, de veracidade ideológica apenas presumida, podendo o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que a análise foi efetuada conforme técnicas apropriadas de auditoria, que preveem inclusive a realização de inspeção in loco e a utilização de amostragem, conforme o caso;

Considerando que o julgamento das contas de governo do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar nº 202/2000, referente às contas do **exercício de 2010** do **Município de Araranguá**, esta instrução apresenta as seguintes restrições:

1. RESTRIÇÃO DE ORDEM CONSTITUCIONAL

- 1.1. Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino no valor de **R\$ 10.660.350,66**, representando **24,91%** da receita com impostos incluídas as transferências de impostos (**R\$ 42.789.876,63**), quando o percentual constitucional de **25,00%** representaria gastos da ordem de **R\$ 10.697.469,16**, configurando, portanto, aplicação a menor de **R\$ 37.118,50** ou **0,09%**, em descumprimento ao artigo 212 da Constituição Federal (item 5.2.1).

2. RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

- 2.1. Déficit de execução orçamentária do Município (Consolidado) da ordem de **R\$ 3.167.495,57**, representando **4,49%** da receita arrecadada do Município no exercício em exame, o que equivale a **0,54** arrecadação mensal - média mensal do exercício, em desacordo ao artigo 48, “b” da Lei nº 4.320/64 e artigo 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), parcialmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior - **R\$ 1.628.610,72** (item 3.1);
- 2.2. Déficit financeiro do Município (Consolidado) da ordem de **R\$ - 1.437.922,85**, resultante do déficit orçamentário ocorrido no exercício em exame, correspondendo a **2,04%** da Receita Arrecadada do Município no exercício em exame (**R\$ 70.487.326,16**) e, tomando-se por base a arrecadação média mensal do exercício em questão, equivale a **0,24** arrecadação mensal, em desacordo ao artigo 48, “b” da Lei nº 4.320/64 e artigo 1º da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF (item 4.2);
- 2.3. Ausência de remessa do Parecer do Conselho do FUNDEB, em desacordo com o artigo 27, da Lei nº 11.494/07;
- 2.4. Ausência de abertura de crédito adicional no primeiro trimestre de 2010 e, conseqüentemente, não evidenciação da realização de despesa com os recursos do FUNDEB remanescentes do exercício anterior no valor de **R\$ 30.496,21**, em descumprimento ao estabelecido no § 2º do artigo 21 da Lei nº 11.494/2007 (item 5.2.2, limite 3);
- 2.5. Divergência, no valor de **R\$ 2.904.000,00**, entre os créditos autorizados constantes do Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 (R\$ 89.460.842,20) e o apurado através das informações enviadas via Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento (R\$ 86.556.842,20), caracterizando afronta aos artigos 75, 90 e 91 da Lei nº 4.320/64. (item 8.1);
- 2.6. Divergência, no valor de **R\$ 3.268,45**, entre as Transferências Financeiras Recebidas (R\$ 12.337.123,32) e as Transferências Financeiras Concedidas (R\$ 12.333.854,87), evidenciadas no Balanço Financeiro – Anexo 13 da Lei nº 4.320/64, caracterizando afronta ao artigo 85 da referida Lei. (item 8.2);
- 2.7. Divergência, no valor de **R\$ 3.268,45**, apurada entre a variação do saldo patrimonial financeiro (R\$ -3.066.533,57) e o resultado da execução orçamentária – Déficit (R\$ 3.167.495,57), considerando o cancelamento de restos a pagar de R\$ 97.693,55, em afronta ao

artigo 102 da Lei nº 4.320/64. (item 8.3);

- 2.8. Divergência, no valor de **R\$ 597.496,46**, entre o saldo da Dívida Ativa apurada a partir da Demonstração das Variações Patrimoniais – Anexo 15 (R\$ 11.615.485,21) e o constante do Balanço Patrimonial – Anexo 14 da Lei nº 4.320/64 (R\$ 12.212.981,67), caracterizando afronta aos artigos 85 e 105 da referida Lei. (item 8.4);
- 2.9. Atraso na remessa dos Relatórios de Controle Interno referentes aos 1º, 2º e 4º bimestres, em desacordo aos artigos 3º e 4º da Lei Complementar 202/2000 c/c artigo 5º, § 3º da Resolução nº TC - 16/94, alterada pela Resolução nº TC - 11/2004 (Capítulo 6);
- 2.10. Despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB, no montante de R\$ 207.683,10, inscritas em Restos a Pagar Processados sem a cobertura financeira da referida fonte de recursos no exercício de 2010, com prejuízo da fiscalização da aplicação dos Recursos do FUNDEB atribuída a este Tribunal (inciso II, art. 26 da Lei nº 11.494/07), bem como, denotando fragilidade no controle gerencial dos referidos recursos e deficiência na operacionalidade do Sistema de Controle instituído pela Lei nº 1.465, de 03/10/2002 (Apêndice 4).

Diante da situação apurada, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por:

I - **RECOMENDAR** à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II - **RECOMENDAR** a adoção de providências com vistas à correção das deficiências de natureza contábil constantes do Capítulo 8, deste Relatório;

III - **RECOMENDAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto às irregularidades mencionadas no Capítulo 7 – Do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - **SOLICITAR** à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

É o Relatório,

DMU/Divisão 7, em 11/10/2011.

EDU MARQUES FILHO
Auditor Fiscal de Controle Externo

MARCOS ANDRE ALVES MONTEIRO
Auditor Fiscal de Controle Externo
Chefe da Divisão 7

De Acordo,

Em 11/10/2011.

SONIA ENDLER
Coordenador de Controle
Inspetoria 3

ANEXO

Deduções com ações e serviços públicos de saúde

DEDUÇÕES DAS DESPESAS COM SAÚDE	Valor (R\$)
Despesas com Recursos de Convênios: - Transferências de Convênios: FR 23/Transferência de Convênios = R\$ 1.633.255,21 FR 64/Atenção Básica = R\$ 3.171.954,87 FR 65/Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial = R\$ 683.231,53 FR 66/Vigilância em Saúde = R\$ 292.976,72 FR 67/Assistência Farmacêutica Básica = R\$ 344.299,50) (fls. 665)	6.125.717,83
Despesa excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde (Apêndice 1)	7.380,44
TOTAL DAS DEDUÇÕES COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	6.133.098,27

Deduções das despesas com Educação Básica

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil (FR 24/Transferência de Convênio) (fls. 623)	78.356,01
Outras despesas dedutíveis com Educação Infantil (Cancelamento de Restos a Pagar: 12.365 – Fonte: 0) (fls.662)	10.567,32
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinados ao Ensino Fundamental: FR 22/Transferência de Convênios = R\$ 933.323,85 FR 61/Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE = R\$ 905.916,88 FR 89/Alienação de Bens destinados a Ensino Fundamental = R\$ 71.800,00 (fls. 622 a 627)	1.911.040,73
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Apêndice 2)	255.807,36
Total das deduções das despesas com Educação Básica	2.255.771,42

Deduções da Despesa com Pessoal

Descrição	R\$
Executivo: Sentenças Judiciais (3.1.90.91 e 3.1.91.91)	109.695,04
Executivo: Indenizações Restituições Trabalhistas (3.1.90.94 e 3.1.91.94)	486.684,21
Total das deduções das despesas com pessoal do Poder Executivo	596.379,25
Total das deduções das despesas com pessoal	596.379,25

APÊNDICE 1

Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde

(Despesas classificadas impropriamente em Programas de Saúde)

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Araranguá

Competência: 01/2010 à 06/2010

NE	Data Empenho	Credor	VI. Empenho (R\$)	VI. Pago (R\$)	Histórico
1558	29/11/2010	LUIZ CARLOS PEREIRA	100,44	100,44	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONCESSAO DE 1 DIARIA AO MOTORISTA LUIZ CARLOS PEREIRA, PARA CUSTEAR DESPESAS COM VIAGEM A PORTO ALEGRE-RS, EM 02/12/10, BUSCAR VICE PREFEITOR SANDRO MACIEL E FERNANDO MARCELINO, EM VIAGEM DE INTERESSE DA MUNICIPALIDADE, CFE. ROTEIRO.
143	09/02/2010	WGS SISTEMAS LTDA - ME	7.200,00	7.200,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. TERMO ADITIVO DA CONTRATACAO OBJETIVANDO A PRESTACAO DOS SERVICOS DE ASSESSORIA/CONSULTORIA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, ACOMPANHAMENTO DE DOCUMENTACOES JUNTO AS REPARTICOES PUBLICAS NA CAPITAL SC, SUPORTE TECNICO, IMPLANTACAO E TREINAMENTO NOS PROGRAMAS DO MINISTERIO DE SAUDE, CFE. LICITACAO Nº001/09 - CONTRATO Nº004/09 DE 20/01/09, FICANDO PRORROGADO O PRAZO ATE 31/12/10.
783	28/06/2010	WORKSHOP GRAFICA E EDITORA LTDA	80,00	80,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. PRESTACAO DE SERVICIO NA CONFECCAO DE 02 FAIXAS, MEDINDO 2,0X0,70 E 1,50X0,70, PARA EVENTO ACAO SOCIAL, UM DIA A MAIS NO CALCADA0, COM A PARTICIPACAO DA SEC. DE SAUDE, DESTE MUNICIPIO.
		TOTAL	7.380,44	7.380,44	

APÊNDICE 2

Despesas excluídas por não serem consideradas como de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (R\$ 255.807,36)

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Araranguá

Competência: 01/2010 à 06/2010

NE	Data Empenho	Credor	Vi. Empenho (R\$)	Vi. Pago (R\$)	Histórico
1253	20/04/2010	ALBERTINO JOAQUIM & CIA LTDA-ME	140,00	140,00	REF. AQUISIÇÃO DE 500 SALGADOS FRITOS, PARA SEREM SERVIDOS NO LANCHE, DO CURSO DE FORMAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DA EDUCAÇÃO, QUE SE REALIZARA NO DIA 22/04/10, NESTE MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 419/2010)
3415	30/09/2010	ALEXANDRE DE MATOS	300,00	300,00	REF. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM A SER PRESTADO PELO ARBITRO ALEXANDRE DE MATOS, NA COMPETIÇÃO DE XADREZ, A REALIZAR-SE EM 22 DE OUTUBRO 2010, PROJETO ESPORTE NA ESCOLA, DESTA MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 1238/2010)
3119	03/09/2010	AM ORGANIZAÇÕES E PROMOÇÕES DE EVENTOS LTDA ME	7.000,00	7.000,00	REF. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO E LOCAÇÃO/MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PALCO, PARA A REALIZAÇÃO DO DESFILE NO DIA 07 DE SETEMBRO DE 2010, COM SOLENIDADE CÍVICA E MANIFESTAÇÃO DOS ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E ENTIDADES, ENALTECENDO OS VALORES NACIONAIS, EM COMEMORAÇÃO AO 188º ANO DO MARCO EMANCIPATÓRIO BRASILEIRO, O EVENTO SERÁ TEMÁTICO RELATIVO A CULTURA ARTÍSTICA LITERÁRIA, DE FEITOS E FATOS HISTÓRICOS ENTRE OUTROS TEMAS. (Compra Direta Nº 1124/2010)
2469	20/07/2010	ANELLI AGROPECUÁRIA LTDA ME	51,00	51,00	REF. AQUISIÇÃO DE 17 CESTAS DE VIMES, PARA SEREM USADAS PELOS ALUNOS NA APRESENTAÇÃO DA DANÇA DO PRE-ESCOLAR QUE FUNCIONA JUNTO A ESCOLA BÁSICA ESTADUAL ISABEL FLORES HUBBI, NESTE MUNICÍPIO. (Compra Direta Nº 863/2010)
2815	12/08/2010	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL FUTURÃO	20.000,00	20.000,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATAÇÃO OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A REALIZAÇÃO DE PROVA DE PROFICIÊNCIA ATRAVÉS DA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS, ELABORAÇÃO DE BANCA, ASSESSORAMENTO NAS AVALIAÇÕES DO CANDIDATOS A SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATORIO EM RAZÃO DO ÚLTIMO CONCURSO PÚBLICO 001/2007 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUA, PARA PREENCHIMENTO DO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE ARARANGUA, CFE. LICITAÇÃO Nº102/10 - PREGÃO PRESENCIAL Nº044/10 - CONTRATO Nº199/10 DE 06/08/10.
4414	10/12/2010	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL FUTURÃO	4.000,00	4.000,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. SEGUNDO TERMO ADITIVO DE RATIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A REALIZAÇÃO DE PROVA DE PROFICIÊNCIA ATRAVÉS DA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS, ELABORAÇÃO DE BANCA, ASSESSORAMENTO NAS AVALIAÇÕES DO CANDIDATOS A SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATORIO EM RAZÃO DO ÚLTIMO CONCURSO PÚBLICO 001/2007 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUA, PARA PREENCHIMENTO DO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE ARARANGUA, CFE. LICITAÇÃO Nº102/10 - PREGÃO PRESENCIAL Nº044/10 - CONTRATO Nº199/10 DE 06/08/10, FICANDO ALTERADO O QUANTITATIVO DE PROFISSIONAIS AVALIADOS AUMENTANDO EM 16 PROFISSIONAIS.

2503	22/07/2010	CARLOS ALBERTO BAUER THIELEN	360,00	360,00	REF. PRESTACAO DE SERVICOS DE ABITRAGEM A SEREM REALIZADOS DURANTE A COMPETICAO ESPORTIVA, ENTRE AS ESCOLAS MUNICIPAIS DO PROJETO ESPORTE NA ESCOLA 2010, NAS MODALIDADES VOLEIBOL E HANDEBOL, QUE ACONTECERA DIA 26 DE AGOSTO 2010, NESTE MUNICIPIO. (Compra Direta Nº 881/2010)
2775	09/08/2010	CASA VIVA - DIANE A.T.SCAINI-EPP	240,00	240,00	REF. AQUISICAO DE 96 MEDALHAS MEDASUL, PARA SEREM USADAS NA PREMIACAO DAS COMPETICOES DE VOLEIBOL E HANDEBOL, DO PROJETO ESPORTE NA ESCOLA, DA SEC. DE EDUCACAO, DESTE MUNICIPIO. (Compra Direta Nº 977/2010)
2517	22/07/2010	CAUE CRISTIANO CARDOSO	180,00	180,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. PRESTACAO DE SERVICOS DE ARBITRAGEM, PARA A REALIZACAO DA, COMPETICAO ESPORTIVA ENTRE AS ESCOLAS MUNICIPAIS DO PROJETO ESPORTE NA ESCOLA 2010, QUE ACONTECERA DIA 11 DE AGOSTO DE 2010, NESTE MUNICIPIO. (COMPRA DIRETA)Nº 885)
3258	17/09/2010	EDUARDA CRISTINA DA SILVA DESTRO	200,88	200,88	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONCESSAO DE 2 DIARIAS A PSICOLOGA EDUARDA CRISTINA DA SILVA DESTRO, PARA CUSTEAR DESPESAS COM VIAGEM A FLORIANOPOLIS SC, EM 23 E 24/09/10, PARTICIPAR DO SEMINARIO REGIONAL DE PSICOLOGIA E POLITICAS PUBLICAS, CFE. ROTEIRO.
2358	08/07/2010	ESCRITORIO CONTABIL EDIO SILVEIRA	4.105,00	4.105,00	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE SERVIÇOS NA REGULARIZAÇÃO JUNTO A RECEITA FEDERAL, CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS, ELABORAÇÃO DE DCTF, DIPJ, CERTIFICAÇÃO DIGITAL, PROCURAÇÃO ELETRONICA DAS SEGUINTE APP'S: E.E.B. JOÃO MATIAS, NOVA DIVINÉIA, JARDIM DAS AVENIDAS, OTÁVIO MANOEL ANASTÁCIO, APP'S REUNIDAS, ADEMAR GHISI, ALMERINDO MANOEL DA LUZ, SANTA BARBARA; APP'S ISOLADAS ITROUPABA, FUNDO GRANDE, SANTA RITA, MÃE LUZIA, SANGA GRANDE E FUNDAÇÃO CULTURAL DE ARARANGUÁ.
4212	29/11/2010	FOLHA DE PAGTO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	136.203,22	136.203,22	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REF. FOLHAS PGTO. SERVIDORES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO , MES DE NOVEMBRO/2010.
4486	23/12/2010	FOLHA DE PAGTO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - R.P.	39.479,74	39.479,74	PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REF. FOLHAS PGTO. SERVIDORES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO R.P., MES DEZEMBRO/2010.
3115	03/09/2010	JONI LUIZ TRICHES DOS SANTOS	810,00	810,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. PRESTACAO DE SERVICOS DE ARBITRAGEM PARA A REALIZACAO DA COMPETICAO ESPORTIVA ENTRE AS ESCOLAS MUNICIPAIS DO PROJETO ESPORTE NA ESCOLA 2010, NA MODALIDADE DE FUTSAL, A SE REALIZAR NOS DIAS 14, 15 E 16/09/10.
2504	22/07/2010	JOSE DA SILVA	1.148,00	1.148,00	REF. PRESTACAO DE SERVICOS DE ABITRAGEM A SEREM REALIZADOS DURANTE A COMPETICAO DA VIII CORRIDA RUSTICA VERDE E VIDA/ESPORTE NA ESCOLA, EDICAO 2010, QUE ACONTECERA DIA 21 DE AGOSTO 2010, NESTE MUNICIPIO. (Compra Direta Nº 882/2010)
2362	08/07/2010	MARIA DA SILVA LEITE	800,00	800,00	REF. PRESTACAO DE SERVICOS DE DECORACAO, DAS DEPENDENCIAS ONDE ACONTECERA A FORMATURA, DOS ALUNOS DO PROED- (PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTENCIA AS DROGRAS), DESTE MUNICIPIO. (Compra Direta Nº 819/2010)
3128	03/09/2010	MARIA DA SILVA LEITE & CIA LTDA	900,00	900,00	REF. PRESTACAO DE SERVICOS DE DECORACAO DO PALCO DAS SOLENIDADES DE DESFILE DE 7 DE SETEMBRO, NA PRACA HERCILIO LUZ, DESTE MUNICIPIO. (Compra Direta Nº 1132/2010)
4253	30/11/2010	RONEY KERBER	1.104,00	1.104,00	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONTRATACAO OBJETIVANDO A PRESTACAO DE SERVICOS DE CONSULTORIA TECNICA E ASSESSORIA ESPECIALIZADA JUNTO AO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCACAO, EXTENSIVA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, CFE. CONTRATO Nº275/10 DE 29/11/10.(PARTE DO CONTRATO)
3259	17/09/2010	SABRINA OLIVEIRA DE MATOS	150,66	150,66	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONCESSAO DE 2 DIARIAS A ASSISTENTE SOCIAL, SABRINA OLIVEIRA DE MATOS, PARA CUSTEAR DESPESAS COM VIAGEM A FLORIANOPOLIS SC, EM 23 E 24/09/10, PARTICIPAR DO SEMINARIO REGIONAL DE PSICOLOGIA E POLITICAS PUBLICAS: AVANÇOS E DESAFIOS, CFE. ROTEIRO.
2920	24/08/2010	SIMONE GOMES ILIBIO -	403,20	403,20	REF. AQUISICAO DE 1008UN COPOS DE AGUA MINERAL, PARA SEREM CONSUMIDOS POR ATLETAS, QUE PARTICIPARAO DA VIII CORRIDA RUSTICA VERDE É VIDA, DESTE MUNICIPIO. (Compra

		ME			Direta Nº 1044/2010)
2330	29/06/2010	SOMVERIO SONORIZACAO E EVENTOS LTDA	850,00	850,00	REF. PRESTACAO DE SERVICO DE SONORIZACAO A SER EXECUTADO NA FORMATURA DE ALUNOS PROERD, QUE ACONTECERA EM 08/07/2010, NESTE. (Compra Direta Nº 802/2010)
2467	19/07/2010	VANDERLEI PEREIRA DA LUZ	37,66	37,66	PELA DESPESA EMPENHADA REF. CONCESSAO DE 1/2 DIARIA AO MOTORISTA VANDERLEI PEREIRA DA LUZ, PARA CUSTEAR DESPESAS COM VIAGEM A FLORIANOPOLIS SC, EM 21/07/10, BUSCAR EQUIPAMENTOS PARA O POLO DA UFSC, CFE. ROTEIRO.
338	12/02/2010	FUNDACAO ANGELO REDIVO	37.344,00	37.344,00	PELA DESPESA EMPENHADA PARA PAGAMENTO DE SERVIÇOS DE PRODUÇÃO, GRAVAÇÃO E EXIBIÇÃO DE VIDEOS EDUCATIVOS SOBRE, ATIVIDADES EDUCACIONAIS NOS PROGRAMAS: JORNAL DO MEIO DIA DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA COM DURAÇÃO DE 03 MINUTOS DIÁRIOS, PROGRAMA DA SAÚDE NAS TERÇAS E QUINTAS FEIRA COM DURAÇÃO DE 02 MINUTOS E NO PROGRAMA ESPAÇO ABERTOS SOMENTE NAS QUARTAS FEIRAS COM DURAÇÃO DE 30 MINUTOS, CFE. T.P. 008/2010.
		TOTAL	255.807,36	255.807,36	

APÊNDICE 3

Utilização de no máximo 5% dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional (artigo 21, § 2º da Lei n.º 11.494/2007)

Componente	Valor
Recursos recebidos do FUNDEB no exercício anterior que não foram utilizados	30.496,21
Despesas custeadas com o saldo do exercício anterior até o 1º trimestre deste exercício com abertura de crédito adicional	
Despesas custeadas com o saldo do exercício anterior até o 1º trimestre deste exercício sem abertura de crédito adicional	
Despesas custeadas com o saldo do exercício anterior após o 1º trimestre deste exercício com abertura de crédito adicional	
Despesas custeadas com saldo do exercício anterior após o 1º trimestre deste exercício sem abertura de crédito adicional	
Saldo Exercício Anterior do FUNDEB não utilizado	30.496,21

APÊNDICE 4

Controle da utilização de recursos para o exercício subsequente (art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007)

Descrição	Valor (R\$)
Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2010 (fls. 653 a 655)	86.278,97
(-) Despesas inscritas em Restos a Pagar (fls. 664A e 664B)	207.683,10
(=) Recursos recebidos do FUNDEB em 2009 que não foram utilizados	(121.404,13)